



EDITORIAL 1

Em nome da pergunta

Aceitei o honroso convite que me foi dirigido para escrever o editorial para a Revista Thema, mas não deixei de sentir que tal honra talvez seja imerecida porque há pessoas mais bem posicionadas para opinarem e escreveram sobre Ensino e Educação. Em particular, sobre as concepções que têm persistido ao longo de várias décadas, senão mesmo séculos, e que continuam a influenciar milhares de pessoas em todas as instituições de ensino superior que se dedicam à formação de educadores e de professores por esse mundo fora. Não faltam grandes autores sempiternos nos conteúdos disciplinares, omnipresentes nas referências de dissertações e de artigos e redescobertos depois de tantas análises e de tantas reiteraões. Resolvi, pois, escrever este edital do lado da alegria com que senti o convite para o efeito. Ou seja, do lado de alguma liberdade para, em vez de apresentar concepções e respostas, colocar perguntas e mais perguntas.

A minha formação em Psicologia confrontou-me, desde muito cedo, com problemas epistemológicos. Parece ser um confronto inevitável para quem estuda nas áreas das ciências humanas, sociais e da educação, e que leva a um questionamento como: será que são mesmo ciências? E como definir ciência? Enunciado observável? Enunciado refutável? Enunciado conforme o paradigma? E o que é um paradigma? Não sei se quem estuda, por exemplo, Física, sente a necessidade deste confronto. O que é certo é que eu o tive (tal como seguramente outros), e não é garantido de que se saia dele com a segurança de uma resposta. Confesso que apenas me ficou algo de muito simples: ao contrário de um enunciado religioso ou de um enunciado ideológico, o enunciado científico não precisa de autoridades, precisa do uso da razão e da observação, precisa da pergunta difícil, da contradição ou da negação parcial ou total de asserções que nos acompanham, desde sempre, como verdades irrefutáveis.

Sei muito bem que o Ensino e a Educação são férteis em visões ideológicas. Sou solidário com a perspectiva segundo a qual a Educação é primeiro uma questão de cidadania e de opção política e só depois uma questão para os especialistas. E mesmo esta perspectiva não isenta quem quer seja (incluindo estudantes, docentes e investigadores) de terem sempre visões prévias. Ainda bem que assim é porque tal significa a existência de liberdade e de democracia. Mas, no que respeita ao conhecimento sobre Ensino e Educação, convido, pois, as pessoas que me leem, ao exercício de fazerem perguntas simples, de exercitarem deduções perante enunciados tido como evidentes,

convido-as à coragem de perguntarem, convido-as à criatividade de imaginarem situações onde se faz o uso total ou parcial da negação.

Pela minha parte, partilharei com quem me lê, algumas das perguntas que se me colocam e me são colocadas por diversos interlocutores quando não estão vergados a crenças sufocantes da racionalidade crítica. Regra geral, durante os intervalos das aulas ou dos encontros científicos quando se saboreia um café aromático e delicioso. Ei-las:

A memorização alguma vez se opõe à compreensão? Por exemplo, quando há a memorização da tabuada ou das preposições há diminuição da compreensão matemática ou da interpretação das frases? Será racional perpetuar uma oposição (i.e.; memorização vs. compreensão) que, possivelmente, é mais aparente e ideológica do que é real e esclarecedora sobre a relação ensino-aprendizagem? Não será a compreensão bem mais laboriosa e progressiva do que desejaríamos e, portanto, ser necessário olhar para o início do ensino-aprendizagem como momento de repetições, regra geral execradas por motivos ideológicos, mas não por motivos racionais?

Podemos sustentar um Ensino-Educação com base na noção de competência e com a rasura do conhecimento e da sua compreensão? Se as repetições poderão ser necessárias (e quem não estuda fazendo a repetição de frases?) como é possível, mais tarde, conhecer sem compreender? É bom, porque muito prático, saber respostas aprendidas por repetição, mas quando estamos perante relações ou operações de operações, mais do que saber evocar regras é preciso conquistar a compreensão, e esta facilmente escapa às tentativas de definição. Já pude testemunhar a aplicação de processos estatísticos elaborados porque se sabe fazer o clique no sítio certo do programa utilizado, mas não se compreende porque é que a conclusão está certa ou errada.

A “aprendizagem colaborativa” fica bem no discurso, mas será que fica bem na prática de quem a defende, ou na aplicação ao Ensino e Educação? Considero muito importante educarmos mais para a cooperação do que para a competitividade, mais para a colaboração do que para o isolamento, mais para a resolução de problemas do que apenas para o saber sem aplicação. Neste sentido, a aprendizagem colaborativa é uma excelente oportunidade de precisão do que foi compreendido, de teste das explicações individuais, de compromisso perante explicações contrastantes, de assunção da responsabilidade social. Mas o que a aprendizagem colaborativa não garante é a compreensão. Há uma semelhança com a percepção de formas escondidas. Há muito que a Gestalt mostrou não resultar da orientação de outros, mas da descoberta repentina de cada pessoa. O paradoxo da aprendizagem colaborativa é exigir pessoas bem preparadas para as tarefas e educadas para um trabalho exigente com outros e de aceitação de uma liderança legítima. Quantos defensores da aprendizagem colaborativa soçobram ou desanimam perante a experiência de trabalharem com outros? Será mesmo uma novidade conceptual ou apenas uma expressão metafórica?

A Auto-Estima é, regra geral, vista como condição prévia para a obtenção de qualquer sucesso educativo e mesmo de qualquer sucesso profissional. Mas, será mesmo assim? Tendo em conta a possibilidade do erro e a necessidade de se aprender com ele, tudo indica que a Autoestima é mais

efeito do que causa. Efeito necessário porque qualquer sucesso deve concitar uma cultura que o saiba enquadrar na vida das pessoas. Quem tem boas realizações deve ter uma cultura que promova a Auto-estima. Senão, fica-se do lado de um discurso depressivo: boas realizações, mas ausência do seu reconhecimento, seja pelos próprios seja pela cultura da comunidade a que se pertence. Mas será desejável, pois, educar-se no valor da Auto-Estima sem o correlativo valor da responsabilidade individual e social? Se alguém é muito sabedor e tem sucesso educativo e profissional, maior é a sua responsabilidade para consigo e para com a sua comunidade. A glorificação isolada da Auto-Estima parece mais acto propagandístico do que afirmação de conhecimento. Não será tempo, pois, de afirmar os limites do discurso da Auto-Estima?

Sei muito bem que vivemos sobre os ombros das realizações de gigantes cujas conquistas nos abriram a luz do conhecimento onde dantes só havia crença. Os problemas surgem quando num texto sobre a Educação vemos as inevitáveis referências a autores cujo contributo referenciado nem sempre é melhor do que a afirmação de algo consabido. Sinto mesmo que é a altura de se questionar o valor real de teorias e de conceitos excessivamente citados, mas fracamente compreendidos, e, sobretudo, de pouco poder explicativo. Acresce que não devemos reverência a teorias porque nem elas nem seus autores estão acima de qualquer crítica numa sociedade aberta à livre construção de conhecimento. Convido, pois, aos quem têm de ensinar e de estudar sobre Educação a perguntarem: que limitações, que erros, que conhecimento real há em autores de que ninguém parece prescindir de referir e de citar? Como aceitar a verdade de uma qualquer asserção só porque foi proferida ou escrita por uma voz de suposto saber? Em ciência a autoridade nada valida.

Tenho afirmado que, actualmente, gostaria de ser estudante porque vivemos na época das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC). Como é fácil hoje ter o conhecimento após um clique num teclado ou após um toque num écran! Creio que nunca o acesso ao conhecimento esteve tão fácil, simples e (assim o espero) tendencialmente gratuito! Esta acessibilidade do conhecimento levanta enormes desafios ao papel do professor e mesmo à organização dos tempos habituais das aulas! Mas se as TIC suscitam pontos de exclamação porque provocam entusiasmo, convém perguntar: será suficiente avaliar o seu impacto através de indicadores de satisfação ou mesmo através de escalas de Auto-Eficácia?; como é que as TIC podem libertar o professor de funções clássicas como a transmissão do conhecimento, mas sem lhe exigir tempo excessivo na sua mestria, ou seja, como tornar as TIC tal como o quadro e o giz nas salas de aulas em termos de facilidade de utilização?; e como é que as TIC promovem a compreensão das matérias?

A negação total ou parcial de asserções pode ser apresentada de um modo mais formal, mas não seria adequado neste texto. Basta referir que sempre temos ao nosso dispor uma característica fundamental da linguagem: o uso da negação. Acontece, porém, que está pouco presente em textos, comunicações, artigos, etc. Acho-a particularmente útil quer para efeitos pedagógicos quer para efeitos teóricos quer para efeitos de descoberta. E tanto pode ser usada num processo de dedução como num processo de imaginação. Eis duas propostas de negações que ouvi recentemente a diversas pessoas: E se negássemos o uso das escalas tipo likert nas investigações? E se não utilizássemos écrans para os nossos momentos de lazer em família ou com amigos? Não se trata de

meros exercícios intelectuais ou imaginativos mais ou menos divertidos. Trata-se, outrossim, de criar consciência sobre os reais limites do conhecimento e das explicações que damos. Trata-se, outrossim, de criar alternativas conceptuais e metodológicas e quem, sabe, de descobrir novas possibilidades, por exemplo para a educação artística.

Termino afirmando que a liberdade de perguntar e de imaginar sempre libertou as pessoas das tiranias. Sejam as tiranias políticas grotescas, sejam as tiranias intelectuais subtis. A liberdade de perguntar não emana do exercício do poder sobre outros, emana do uso da razão, da capacidade de dedução e de observação. Para que os nossos alunos não sejam repetidores de conceitos duvidosos, pouco eficazes, e mesmo banais, eu resolvi escrever este breve editorial em nome da pergunta.

António Francisco Ribeiro Alves ¹
Instituto Politécnico de Bragança - IPB.

¹ Diretor Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, PT. E-mail: afralves@ipb.pt